

SERGIO PINTO MARTINS

TEORIA GERAL DO PROCESSO

9ª edição

2024

saraiva  jur.



saraiva
EDUCAÇÃO



saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Daniel Pavani Naveira
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Rosana Peroni Fazolari Camilla Felix Cianelli Chaves Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Rafael Cancio Padovan
Revisão	Daniela Georgeto
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Martli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DE ACORDO COM ISBD
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

M386t	Martins, Sergio Pinto	
	Teoria geral do processo	Sergio Pinto Mar- tins. - 9. ed. - São Paulo : Saraiva, 2024.
	336 p.	
	ISBN: 978-85-5362-334-1 (impresso)	
	1. Direito. 2. Teoria geral do processo. I. Título.	
2023-2124		CDD 340 CDU 34

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito	340
2. Direito	34

Data de fechamento da edição: 1º-9-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA	13750	CL	608699	CAE	841374
-----------	-------	----	--------	-----	--------

SUMÁRIO

Nota do autor	XVII
---------------------	------

Capítulo 1

	Evolução Histórica.....	1
1	No estrangeiro.....	1
1.1	Direito romano.....	1
1.2	Processo germânico.....	2
1.3	França	3
1.4	Portugal.....	3
2	No Brasil	3

Capítulo 2

	Denominação e Conceito de Direito Processual.....	9
1	Denominação	9
2	Conceito.....	9

Capítulo 3

	Autonomia do Direito Processual.....	11
1	Teoria monista	11
2	Teoria dualista	11

VIII *Teoria Geral do Processo* ■ Sergio Pinto Martins

3	Características da autonomia de uma ciência.....	12
4	Desenvolvimento legal.....	13
5	Desenvolvimento doutrinário.....	13
6	Desenvolvimento didático.....	13
7	Autonomia jurisdicional.....	14
8	Autonomia científica.....	14

Capítulo 4

Posição Enciclopédica do Direito Processual.....	15
--	----

Capítulo 5

Relações do Direito Processual com os Demais Ramos do Direito.....	17
--	----

1	Direito constitucional.....	17
2	Direito civil.....	17
3	Direito penal.....	18
4	Direito do trabalho.....	18
5	Direito tributário.....	18

Capítulo 6

Fontes do Direito Processual.....	19
-----------------------------------	----

1	Fontes.....	19
2	Hierarquia.....	22

Capítulo 7

Aplicação das Normas do Direito Processual.....	25
---	----

1	Interpretação.....	25
2	Integração.....	27
3	Eficácia.....	28
3.1	Eficácia no tempo.....	28
3.2	Eficácia no espaço.....	29

Capítulo 8

Princípios do Direito Processual.....	31
---------------------------------------	----

1	Conceito.....	31
2	Distinção.....	33
3	Funções dos princípios.....	37
4	Princípios constitucionais e outros.....	39
4.1	Devido processo legal.....	39
4.2	Contraditório e ampla defesa.....	40

4.3	Juiz imparcial	41
4.4	Acesso à justiça	42
4.5	Direito de petição	43
4.6	Igualdade processual	43
4.7	Publicidade	44
4.8	Motivação das decisões judiciais	45
4.9	Celeridade e razoável duração do processo	45
4.10	Legalidade processual	46
4.11	Licitude da prova	47
4.12	Oralidade	47
4.13	Concentração dos atos na audiência	47
4.14	Lealdade processual	47
4.15	Economia processual	48
4.16	Dispositivo	48
4.17	Cooperação	48

Capítulo 9

Solução dos Conflitos	49
-----------------------------	----

1	Denominação	49
2	Classificação	50
3	Meios de solução dos conflitos	50
3.1	Autodefesa	50
3.2	Autocomposição	51
3.3	Heterocomposição	52
3.3.1	Mediação	52
3.3.1.1	Mediação extrajudicial	55
3.3.1.2	Mediação judicial	56
3.3.1.3	Confidencialidade e suas exceções	57
3.3.1.4	Pessoa jurídica de direito público	58
3.3.2	Arbitragem	60
3.3.2.1	Histórico	60
3.3.2.2	Denominação	61
3.3.2.3	Conceitos	61
3.3.2.4	Distinção	62
3.3.2.5	Natureza jurídica	63
3.3.2.6	Classificação	64
3.3.2.7	Espécies	64
3.3.2.8	Compromisso	65
3.3.2.9	Admissibilidade	65
3.3.2.10	Vantagens e desvantagens	66
3.3.2.11	Procedimentos	68
3.3.2.12	Dificuldades	69
3.3.3	Jurisdição	69

Capítulo 10

	Jurisdição	71
1	Etimologia	71
2	Conceito	71
3	Distinção	71
4	Funções	72
5	Elementos	72
6	Características	73
7	Princípios	75
8	Poderes da jurisdição	75
9	Classificação	76
10	Limites	78

Capítulo 11

	Poder Judiciário	79
1	Órgãos não jurisdicionais	81
2	Independência do Poder Judiciário	81
3	Vitaliciedade	83
4	Inamovibilidade	83
5	Irredutibilidade de subsídios	83
6	Impedimentos	84

Capítulo 12

	Organização Judiciária	85
1	Introdução	85
2	Supremo Tribunal Federal	86
3	Conselho Nacional de Justiça	88
4	Superior Tribunal de Justiça	90
5	Tribunais Regionais Federais e dos juízes federais	90
6	Tribunais e juízes do trabalho	92
7	Tribunais e juízes eleitorais	93
8	Tribunais e juízes militares	95
9	Tribunais e juízes dos Estados	95
10	Carreira da magistratura	98
11	Órgãos auxiliares do Poder Judiciário	102
	11.1 Distribuidor	103
	11.2 Contadoria	103

Capítulo 13

	Ministério Público	105
1	Denominação	105

▪ Sumário

XI

2	Evolução	105
3	Princípios	106
4	Divisão	106
5	Ministério Público Estadual	108
6	Impedimentos	112
7	Conselho Nacional do Ministério Público	112

Capítulo 14**Advogado**..... 115

1	Denominação	115
2	Evolução legislativa	115
3	O advogado	117
4	Direitos do advogado	118
5	Honorários advocatícios	122
6	Incompatibilidades e impedimentos	123
7	OAB	124
8	Defensoria Pública	125
9	Advocacia Pública	131

Capítulo 15**Competência**..... 137

1	Etimologia	137
2	Conceito	137
3	Classificação	138
4	Competência interna ou internacional	139
5	Competência absoluta	139
6	Competência relativa	140
7	Competência em razão da matéria	140
7.1	Competência em razão da matéria do STF	141
7.2	Competência em razão da matéria do STJ	142
7.3	Competência em razão da matéria dos Tribunais Regionais Federais ...	143
7.4	Competência em razão da matéria da Justiça do Trabalho	145
7.5	Competência em razão da matéria da Justiça Estadual	146
7.5.1	Acidente do trabalho	146
7.6	Competência da Justiça Militar	148
8	Competência em razão das pessoas	148
8.1	Competência pessoal do STF	148
8.2	Competência pessoal do STJ	149
8.3	Competência pessoal dos juízes federais	149
8.4	Competência pessoal da Justiça do Trabalho	149
8.5	Competência pessoal da Justiça Estadual	150

XII Teoria Geral do Processo ■ Sergio Pinto Martins

9	Competência em razão do valor.....	151
10	Competência territorial	151
11	Competência funcional	155
12	Perpetuação da jurisdição	155
13	Conflitos de competência	156
14	Regras gerais	157
15	Competência por distribuição	160

Capítulo 16

	Ação	161
1	Conceitos	161
2	Teorias da ação	162
2.1	Imanentista ou clássica	162
2.2	Windscheid-Muther.....	162
2.3	Direito autônomo	163
2.3.1	Ação como direito autônomo e concreto	163
2.3.2	Ação como direito autônomo e abstrato	164
2.4	Liebman	165
3	Natureza jurídica da ação	165
4	Elementos da ação	166
5	Classificação das ações individuais.....	167
6	Classificação das ações coletivas	169
7	Condições da ação	171

Capítulo 17

	Processo	173
1	Conceitos	173
2	Espécies	174
3	Natureza jurídica do processo	174
3.1	Direito romano	174
3.2	Processo como quase-contrato	175
3.3	Processo como relação jurídica	175
3.4	Processo como situação jurídica	176
3.5	Processo como instituição	176
3.6	Conclusão	177
4	Relação jurídica processual	178
5	Sujeitos do processo	179
5.1	Litisconsórcio.....	180
5.2	Intervenção de terceiros	181
6	Pressupostos da existência do processo	182

7	Pressupostos de validade do processo	183
8	Procedimento.....	184

Capítulo 18

	Atos, Termos e Prazos Processuais	187
1	Atos.....	187
2	Termo.....	189
3	Prazos processuais.....	189
3.1	Contagem do prazo.....	191
3.2	Exceções à regra	192
4	Comunicação dos atos processuais.....	194
4.1	Formas	195
4.1.1	Citação dependente de ato do juiz.....	201
4.1.2	Comunicação processual por carta.....	201
4.1.3	Nulidade da citação	204
4.2	Demais notificações.....	204

Capítulo 19

	Nulidades	205
1	Introdução	205
2	Conceito	206
3	Distinção.....	206
4	Sistema de nulidades.....	206
5	Vícios	207
5.1	Inexistência	207
5.2	Nulidade absoluta.....	208
5.3	Nulidade relativa	208
5.4	Anulabilidade.....	209
5.5	Irregularidades.....	210
6	Princípios das nulidades.....	210
6.1	Legalidade.....	210
6.2	Instrumentalidade das formas ou da finalidade	210
6.3	Economia processual	211
6.4	Aproveitamento da parte válida do ato.....	211
6.5	Interesse de agir.....	211
6.6	Causalidade	212
6.7	Lealdade processual.....	212
6.8	Repressão ao dolo processual.....	212
6.9	Princípio da conversão.....	213
6.10	Princípio da transcendência ou do prejuízo	213
6.11	Convalidação.....	213

XIV Teoria Geral do Processo ■ Sergio Pinto Martins

7	Preclusão	213
7.1	Diferenças	214
7.2	Classificação da preclusão	214
7.2.1	Preclusão temporal	215
7.2.2	Preclusão lógica	215
7.2.3	Preclusão consumativa	216
8	Perempção	216

Capítulo 20

	Petição Inicial	217
1	Forma	217
2	Autoridade competente	217
3	Requisitos	218
4	Valor da causa	221
5	Outros requisitos	223
6	Documentos	224
7	Indeferimento da petição inicial.....	224
8	Inépcia da inicial	225
9	Modificações à postulação inicial.....	226

Capítulo 21

	Contestação	227
1	Denominação	227
2	Contestação	228
2.1	Preliminares	229
2.1.1	Inexistência ou nulidade de citação	230
2.1.2	Incorreção do valor da causa	230
2.1.3	Inépcia da petição inicial	230
2.1.4	Litispêndência	231
2.1.5	Coisa julgada	232
2.1.6	Conexão e continência	232
2.1.7	Ausência de legitimidade ou de interesse processual	233
2.1.8	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização	234
2.2	Preliminares de mérito	235
2.2.1	Prescrição	235
2.2.2	Decadência	239
2.3	Defesa de mérito	240

Capítulo 22

	Prova	243
1	Histórico	243

▪ Sumário

XV

2	Etimologia.....	243
3	Conceito	243
4	Princípi.....	244
5	Objetivo da prova	245
6	Ônus da prova.....	246
7	Valoração da prova	251
8	Meios de prova	251

Capítulo 23**Sentença..... 253**

1	Definições	253
2	Natureza jurídica	254
3	Função da sentença	255
4	Classificação das sentenças.....	255
5	Efeitos da sentença	257
6	Identidade física do juiz	258
7	Direito intertemporal	260

Capítulo 24**Recursos..... 261**

1	Histórico	261
2	Conceito	262
3	Natureza jurídica	262
4	Fundamentos	262
5	Classificação	263
6	Duplo grau de jurisdição	264
7	Princípios dos recursos	265
	7.1 Vigência imediata da lei nova	265
	7.2 Unirrecorribilidade	266
	7.3 Fungibilidade	266
	7.4 Variabilidade.....	267
	7.5 Legalidade	267
8	Peculiaridades	267
	8.1 Efeito devolutivo	267
	8.2 Uniformidade de prazos para recurso	267
9	Jufzo de admissibilidade	268
10	Efeitos dos recursos	269
11	Regras gerais	269
12	Pressupostos dos recursos	272
	12.1 Objetivos	272

XVI Teoria Geral do Processo ■ Sergio Pinto Martins

12.1.1	Previsão legal	272
12.1.2	Adequação ou cabimento	273
12.1.3	Tempestividade	273
12.1.4	Preparo	273
12.1.5	Representação	274
12.2	Subjetivos	274
12.2.1	Legitimidade	274
12.2.2	Capacidade	274
12.2.3	Interesse	274
13	Proibição de <i>reformatio in peius</i>	276
14	Uniformização de jurisprudência	276

Capítulo 25

	Coisa Julgada	281
1	Histórico	281
2	Etimologia	282
3	Fundamentos da coisa julgada	282
4	Classificação	284
5	Limites da coisa julgada	286
5.1	Objetivos	286
5.2	Subjetivos	287
6	Coisa julgada e declaratória incidente	288
7	Coisa julgada criminal e cível	289

Capítulo 26

	Execução	291
1	Histórico	291
2	Conceito	294
3	Princípios	294
4	Características	295
5	Pressupostos	295
6	Título executivo	295
	Bibliografia	299
	Índice remissivo	311